

"Governo só libera recursos para estado ajustado"

por Maria José Quadros
de Salvador

O governo federal só pretende liberar recursos para os estados que estiverem com suas contas ajustadas. O recado foi passado pelo ministro do Planejamento, Antonio Kandir, durante o ato de assinatura de contratos no valor de R\$ 34,7 milhões com o governo baiano, ontem pela manhã, no Palácio de Ondina.

Kandir usou o aviso como uma forma de elogiar o governo da Bahia, que vem conseguindo manter suas contas em ordem. "É por isso que estou aqui, pois a Bahia é um dos melhores exemplos de administração pública no Brasil", declarou, diante do governador Paulo Souto. O governador retribuiu elogiando a forma pela qual o governo federal vem conduzindo a renegociação das dívidas dos estados. "O governo está no caminho certo ao analisar caso por caso", opinou.

Os recursos decorrentes dos contratos firmados ontem, a serem investidos em saneamento, habitação e educação, são parte dos R\$ 185 milhões que o governo federal já aplicou no estado este ano. O dinheiro provém do Orçamento Geral da União para 1996 e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Kandir disse que



Antonio Kandir

até dezembro mais R\$ 100 milhões serão liberados para a área social no estado, bastando para isso que o governo baiano encaminhe os projetos, o que já foi feito.

Manifestando otimismo, o ministro classificou de "excelente" o ritmo de crescimento da produção nacional, que registrou uma taxa de 7% no terceiro trimestre deste ano. Ele disse acreditar que, nesse ritmo, o Brasil logo será um dos mais importantes pólos de atração de investimento no mundo.

"Depois da grande onda asiática, a América Latina é a alternativa de investimento no mundo, e o Brasil é o centro dessa atração", disse.

Sobre as críticas ao governo em relação à morosidade na condução das reformas, ele entende que não são justas, porque estão ocorrendo "avanços importantíssimos", sobretudo na área tributária. Como exemplos, enumerou as mudanças no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) anunciadas no fim do ano passado, o fim da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações em setembro e, nesta semana, a Medida Provisória (MP) que criou o regime unificado de recolhimento de impostos e contribuições sociais para as micro e pequenas empresas.

"Essa MP pode gerar mais empregos, porque retirou a contribuição previdenciária da folha de pagamentos", observou, lembrando que de agora em diante a contribuição será paga sobre o faturamento, independentemente do número de empregados do estabelecimento.